



**MEMÓRIA DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA NO SUL DA BAHIA/BRASIL E DA  
POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE ESCOLAS SECUNDÁRIAS GINASIAIS NA REGIÃO  
CACAEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1940 E 1950**

Daisy Laraine Moraes de Assis<sup>1</sup>

Este estudo discorre sobre o movimento municipalista e a política de criação de escolas secundárias ginasiais na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950, fruto de uma pesquisa em andamento sobre a política de expansão do ensino secundário na Região, durante o período. Considerou-se, neste trabalho, a existência do movimento municipalista na Bahia e a presença de movimentos reivindicatórios pré-escolarização secundária ginasial nos Municípios de Itabuna e Ilhéus, entre as décadas de 1940 e 1950, como consequência de um processo mais amplo que já vinha acontecendo no Brasil, em torno da educação sob a forma de movimentos por escolas, desde décadas anteriores (ASSIS, 2016).

Nesse processo, destacou-se o movimento municipalista na Região Cacaueira da Bahia e a presença do “movimento cenegista” – denominado, naquela época, de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) – no Sul do Estado. Assim, com base nos testemunhos presentes na memória social e textos que versam sobre a memória e a história da CNEG e sobre a expansão da educação secundária ginasial no Brasil e Região, nas décadas de 1940 e 1950, além de documentos que tratam de maneira específica sobre o tema, elaborou-se uma narrativa histórica sobre como esse processo ocorreu nos Municípios de Itabuna e Ilhéus na Região Cacaueira. Aqui a memória também é visualizada como fonte do conhecimento histórico (FENTRESS; WICKHAM, 1992) e considerada como um dado objetivo da realidade social no momento em que os fatos aconteciam (HALBWACHS, 2004).

Com o movimento municipalista instaurado no Brasil a partir da Constituição de 1946, as lideranças políticas buscavam alternativas para promover o desenvolvimento econômico e sociocultural nos seus municípios, como também, nos setores locais da região (A TARDE, 19 jan. 1952). No campo político, o movimento municipalista representava a defesa efetiva da autonomia política das instâncias administrativas municipais, como

<sup>1</sup> Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: daisy.assis@superig.com.br



também, da autonomia na utilização dos recursos financeiros, conforme as necessidades de cada município. No campo educacional, aconteciam os debates em torno oferecimento e da gratuidade do ensino e a organização do sistema escolar, dentre outras diretrizes. A discussão em torno da Constituição baiana de 1947 focalizava a necessidade de retirar o Estado do seu atraso educacional e social e de investimentos na educação das populações. Era preciso “oferecer educação post-primária, ou secundária, a uma porcentagem apreciável da população escolar” (TEIXEIRA, 1948, p. 12). Na época, a CNEG – originária do movimento estudantil de Pernambuco de 1943, inspirada na ação do líder político peruano *Haya de la Torre* – articulava-se com a política do Estado e, sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, começava a divulgar e difundir a sua proposta de criação dos “ginásios gratuitos” pelos Estados da Federação. Esse fator possibilitou a instalação dos “ginásios gratuitos” e sua disseminação em todo o país. Na ocasião, acontecia toda uma efervescência política no Sul do Estado da Bahia causada pelo movimento municipalista, com a defesa do desmembramento territorial dos dois municípios mais importantes da Região Cacaueira e de criação de novos municípios. Fator que concorreria para intensificar, ainda no início dos anos de 1950, o movimento pró-criação de ginásios públicos e/ou gratuitos em suas localidades. Em Itabuna, a falta de uma estrutura educacional compatível com o desenvolvimento do município era destacada como um dos fatores responsáveis pela migração de fortunas acumuladas, como também, pelo o êxodo de famílias abastadas que para longe se transferiam em busca de conforto e educação (O INTRANSIGENTE, 9 jun. 1952, s.p.). Em Ilhéus, ocorria o movimento em prol da descentralização do ensino médio e os debates em torno da instalação de sucursais do “Colégio Municipal Eusínio Lavigne” nos seus três principais distritos: Itajuípe, Coaraci e Uruçuca (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 ago. 1952, s.p.). Cunha (1991), ao situar os movimentos sociais por escola pública, assinala que a denominação de movimentos sociais tem sido atribuída às ações reivindicativas de segmentos de populações urbanas (principalmente) que se caracterizam por reagirem às desigualdades na distribuição dos recursos públicos nos serviços oferecidos que tem a ver com o que se convencionou a chamar de qualidade de vida, e dentre os quais, se encontra os movimentos reivindicatórios pela educação (CUNHA, 1991, p. 62). Na Bahia, a proposta educacional da CNEG foi bem aceita no Sul do Estado (CNEG, 1953) concorrendo para a criação do primeiro núcleo dos “ginásios gratuitos” sob a responsabilidade da CNEG na Região Cacaueira, ainda na primeira metade da década de 1950. Na ocasião, a Campanha transformava-se numa alternativa política que possibilitava a articulação de interesses privados e os interesses do Estado e contava com o recebimento de subvenções e recursos públicos que financiavam as suas ações, além de donativos da comunidade. A CNEG passou



a despertar o interesse em certos políticos, à medida que enxergavam no movimento uma via alternativa para resolver o problema da educação secundária em “seus” Estados e Municípios (HOLANDA, 1981, p. 42-3). Dessa forma, também foram criados os “ginásios cnegistas” na Região Cacaueira da Bahia: o “Firmino Alves”, em Itabuna; o “14 de Agosto”, em Ibicaraí; o “Henrique Alves”, em Buerarema; o “7 de Setembro”, em Itajuípe; e, o “Ginásio Ubaitabense”, no Município de Ubaitaba (GOMES, 1965). Nesse processo, aconteciam as lutas políticas em torno do desmembramento dos territórios dos Municípios de Itabuna e Ilhéus e, a criação dos novos municípios: Ibicaraí, originário de Itabuna; e Itajuípe, Coaraci e Uruçuca, desmembrado de Ilhéus (1952), fruto do movimento municipalista no Sul do Estado. Assim, a CNEG além de articular o entusiasmo pela educação (NAGLE, 1974) articulava o interesse do Ministério da Educação em despende o menos possível com a educação secundária, com a simpatia da iniciativa privada e dos políticos interessados em promover-se por seu intermédio (CUNHA, 1991, p. 390-1). Embora a CNEG tenha sido destacada por exercer um papel importante no processo de expansão do ensino secundário na Região Cacaueira da Bahia, durante o período, considera-se que a política municipalista adotada e o apoio a tais iniciativas, ao mesmo tempo em que atendia, em parte, aos anseios da população em ter, de maneira imediata, o acesso à escola secundária, isentava o Estado de adotar uma política educacional voltada para o oferecimento de um ensino secundário verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, em atendimento às reais necessidades da grande maioria da população carente dos serviços educacionais.

**Palavras-chave:** Educação Secundária e Municipalismo na Região Cacaueira (entre 1940 e 1950). Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Memória Educacional.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, D. L. M. **Entre a História e a Memória:** Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos Ginásios Gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950. 2016. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2016.



A TARDE. A Maioridade dos distritos. Salvador, 19 jan. 1952.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS (CNEG). **Relatório dos primeiros dez anos de lutas em favor do ensino gratuito.** Salvador: CNEG, Jul. 1953.

CUNHA, L. A. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Alegria e entusiasmo nos novos municípios. Tristeza e desapontamento em Ilhéus com a notícia das emancipações. Os novos municípios poderiam adotar a ideia de criação de secções do colégio. Salvador, Bahia, 26 ago. 1952.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social.** Lisboa: Teorema, 1992.

GOMES, F. T. **História da CNEG.** Rio de Janeiro: 29 de julho Publicações, 1965.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria.** Traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica – Rubi (Barcelona): Anthoropos Editorial; Concepción: Universidade de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, I. C. **CNEC um estudo histórico.** João Pessoa, PB: UFPb-CNEC, 1981.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república.** Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

O INTRANSIGENTE. **Um Ginásio para Itabuna.** Itabuna, Bahia, ano XXVI, 9 jun. 1952.

TEIXEIRA, Anísio. Educação. In: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA. **Educação, saúde e assistência na Bahia:** trechos do relatório apresentado ao sr. Governador do Estado para a sua Mensagem à Assembléia Legislativa. Bahia: Imprensa Oficial. 1948. p. 3-20.